1. (**CESPE – TRF 1.a Região 2009 - Juiz Federal Substituto**) Pelo critério jurídico-formal, a manifestação do poder constituinte derivado decorrente mantém-se adstrita à atuação dos estados-membros para a elaboração de suas respectivas constituições, não se estendendo ao DF e aos municípios, que se organizam mediante lei orgânica.

2. (**CESPE – CLDF 2006**) À luz da LODF, julgue os itens seguintes: O DF rege-se por Lei Orgânica aprovada pelo Congresso Nacional.

3. (**CESPE – AGU 2006 – Advogado da União**) O poder constituinte derivado decorrente abrange os estados, para elaborarem suas constituições, e os municípios, para elaborarem suas leis orgânicas.

4. (**CESPE – CMBDF – 2007**) O DF, sede do governo federal, tem a natureza de autarquia territorial devido a sua autonomia parcialmente tutelada pela União, materializada, principalmente, na competência da União de organizar e manter seu Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

5. (**CESPE – CLDF 2006 – Consultor Legislativo - adaptada**) O DF pode dividir-se em Municípios, do mesmo modo que acontece com os Estados e Territórios.

6. (**CESPE – CLDF 2006**) À luz da LODF, julgue os itens seguintes: Os valores fundamentais que regem a organização do DF guardam paralelo com os fundamentos do Estado Democrático de direito instituído pela Constituição Federal brasileira.

7. (**FUNIVERSA – TERRACAP – 2010**) O DF tem competências legislativas reservadas:
A) aos estados, somente.
B) aos municípios, somente.
C) à União.
D) a Brasília.
E) aos estados e municípios.

8. (**FUNIVERSA – CAJE – 2008**) São objetivos prioritários do DF, **exceto**:
(A) garantir e promover os direitos humanos assegurados na Constituição Federal.
(B) preservar os interesses gerais e coletivos.
(C) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
(D) valorizar e desenvolver a cultura local, de modo a contribuir para a cultura brasileira.
(E) proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade da pessoa humana, a justiça social e o bem comum.

9. (**CETRO – DER/DF – 2009**) Analise os itens abaixo.
I. proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, a justiça social e o bem comum.
II. dar prioridade ao atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social.
III. garantir a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
IV. valorizar e desenvolver a cultura local, de modo a contribuir para a cultura brasileira.
São objetivos prioritários do Distrito Federal os itens:
(A) I e II, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) II, III e IV, apenas.
(D) I, II e IV, apenas.
(E) I, II, III e IV.

10. (**FUNIVERSA – CAJE/GDF – 2008**) A respeito da organização do Distrito Federal, compete privativamente ao Distrito Federal, **exceto**:
(A) criar, organizar ou extinguir regiões administrativas, em conformidade com a legislação vigente.
(B) instituir e arrecadar tributos.
(C) fixar, fiscalizar e cobrar tarifas e preços públicos de sua competência.
(D) dispor sobre a administração, utilização, aquisição e alienação dos bens públicos.
(E) preservar a fauna, a flora e o cerrado.

11. (**FUNIVERSA – SES/GDF – 2006**) Compete privativamente ao Distrito Federal exercer inspeção e fiscalização sanitária, de postura ambiental, tributária, de segurança pública e do trabalho, relativamente ao funcionamento de estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviços e similar, no âmbito de sua competência, respeitada a legislação federal.

12. (**FUNIVERSA – SES/GDF – 2006**) É competência do DF, em comum com a União, combater as causas da pobreza, a subnutrição e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos segmentos desfavorecidos.

13. (**FUNIVERSA – SES/GDF – 2006**) Compete ao Distrito Federal, concorrentemente com a União, legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.

14. (**FUNIVERSA – SES/GDF – 2008**) Assinale a alternativa que não corresponde à competência privativa do Distrito Federal.
(A) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
(B) Prestar serviços de assistência à saúde da população e de proteção e garantia a pessoas portadoras de deficiência com cooperação técnica e financeira da União.
(C) Celebrar e firmar ajustes, consórcios, convênios, acordos e decisões administrativas com a União, Estados e Municípios, para execução de suas leis e serviços.
(D) Criar, organizar ou extinguir Regiões Administrativas, de acordo com a legislação vigente.
(E) Dispor sobre serviços funerários e administração dos cemitérios.

15. (**CESPE – TCDF – 1998**) Acerca dos princípios norteadores da atuação da administração pública indicados na Lei Orgânica do DF (art. 19, caput), assinale a opção correta:
(A) é expressamente mencionado o princípio da razoabilidade;
(B) são mencionados apenas os mesmos princípios contidos na Constituição Federal;
(C) a Lei Orgânica menciona o princípio da eficiência, não-contido na Constituição Federal;
(D) a administração pública do Distrito Federal é obrigada a seguir apenas os princípios expressamente citados no mencionado caput do art. 19;
(E) o Distrito Federal não se submete aos princípios mencionados no caput do art. 37 da Constituição Federal, seguindo apenas os contidos em sua Lei Orgânica.

16. (**CESPE – IBRAM/DF – 2009**) Considerando o que dispõe a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), julgue: A LODF não prevê, expressamente, o princípio da moralidade administrativa, porém, trata-se de princípio implícito que vincula todos os agentes públicos.

17. (**CESPE – SGA/DF – 2004**) Considere a seguinte situação hipotética. Um cidadão procurou uma repartição pública distrital, solicitando informações acerca das repercussões sociais de um determinado programa do governo, mas o servidor que o atendeu negou-se a prestar essas informações, argumentando que não havia nenhum ato governamental autorizando a divulgação ao público dos dados solicitados.

18. (**CESPE – DETRAN/DF – 2009**) Considere-se que o governo do DF pretenda divulgar suas ações de governo, como obras, projetos etc. Nesse caso, esse tipo de publicidade deve ser suspensa noventa dias antes das eleições.

19. (**TJDFT 2005 – Juiz de Direito Substituto**) Sobre os serviços públicos do Distrito Federal pode-se afirmar, com **exceção**:
(A) que os serviços da administração serão contratados mediante processo de licitação.
(B) que é vedada a contratação de obras e serviços públicos sem prévia aprovação do respectivo projeto.
(C) que os atos de improbidade administrativa importarão, dentre outros, perda da função pública e dos direitos políticos.
(D) que lei disporá sobre participação popular na fiscalização da prestação dos serviços públicos.

20. (**CESPE – DFTRANS – 2008**) Acerca da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), julgue o item seguinte: Os projetos de obras que comprometam mais de 1% do orçamento do DF devem ser obrigatoriamente apreciados em audiência pública.

21. (**FUNIVERSA – SE/GDF – 2009**) O servidor público do Distrito Federal nomeado após a aprovação em concurso público tem direitos e garantias definidos na Lei Orgânica do Distrito Federal. Sobre esse tema assinale a alternativa **INCORRETA**.
(A) Os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis.
(B) É vedada a acumulação remunerada de cargos no serviço público do DF, em qualquer circunstância.
(C) Os servidores nomeados em virtude de concurso público são estáveis após três anos de efetivo exercício.
(D) A professora da Educação Básica poderá aposentar-se, voluntariamente, após 25 anos de efetivo exercício do magistério, com vencimentos integrais.
(E) A duração do trabalho normal não poderá ser superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais, facultado ao Poder Público conceder a compensação de horários e a redução da jornada, nos termos da lei.

22. (**FUNIVERSA – CAJE/GDF – 2008**) Ainda a respeito das disposições legais relativas ao servidor público do Distrito Federal, assinale a alternativa correta:
(A) Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, fica assegurado percebimento de adicional de cinco por cento por ano de serviço público efetivo, nos termos da lei.
(B) É vedada a participação de servidores públicos na gerência de fundos e entidades para os quais contribuiu, cabendo essa atribuição à entidade especializada.
(C) É garantido o direito de greve, que será exercidos no termos e limites legais, vedado o direito à associação sindical.
(D) A participação na elaboração e alteração dos planos de carreira não está relacionada no rol dos direitos dos servidores públicos.
(E) São asseguradas ao servidor público promoções por merecimento ou antiguidade, no serviço público, nos termos da lei.

23. (**CESPE – DETRAN/GDF – 2008**) A ordem econômica do DF deve observar os princípios da propriedade privada, da livre concorrência, da proteção ao meio ambiente e da reserva de quotas aos afro-descendentes nas universidades públicas.

24. (**CESPE – DETRAN/GDF – 2008**) A exploração de atividade econômica é vedada ao poder público, mesmo na condição de agente indutor do desenvolvimento socioeconômico do DF.

25. (**CESPE – DETRAN/GDF – 2008**) Determinada pessoa jurídica inscrita em dívida ativa, em razão do não recolhimento do imposto sobre a propriedade territorial urbana (IPTU), não poderá contratar com o DF, mas dele poderá receber incentivos creditícios, na hipótese de promover a difusão da cultura local.

26. (**FUNIVERSA – SES/GDF – 2009**) O Distrito Federal assegurará os direitos relativos à educação, à saúde, à segurança pública, à alimentação, à cultura, à assistência social, ao meio ambiente equilibrado, ao lazer e ao desporto em ação
(A) integrada com a União.
(B) vinculada com a União.
(C) autônoma do Distrito Federal.
(D) integrada com o Poder Judiciário.
(E) associada à União.

27. (**FUNIVERSA – SES/DF – 2009**) Acerca da seguridade social, a Lei Orgânica determina em seu art. 203 que a seguridade social compreende:
(A) o conjunto de ações de iniciativa do Poder Público e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos referentes à saúde, previdência e assistência social.
(B) o conjunto de ações de iniciativa do Poder Público, destinadas a assegurar os direitos referentes a saúde.
(C) o conjunto de ações de iniciativa do Poder Público e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos referentes apenas à previdência social.
(D) o conjunto de ações de iniciativa do Distrito Federal e da União, destinadas a assegurar os direitos referentes à saúde, previdência e assistência social.
(E) o conjunto de ações de iniciativa do Distrito Federal, destinadas a assegurar os direitos referentes à saúde, previdência e assistência social.

28. (**CESPE – PGDF – 2005**) O direito de acesso ao Sistema Único de Saúde independe de contribuição para a seguridade social.

29. (**CESPE – DFTRANS/GDF – 2008**) O administrador de um hospital oftalmológico privado não pode ser nomeado para exercer função de confiança no Sistema Único de Saúde do DF.

30. (**CESPE – SE/GDF – 2006**) Júlia, com 5 anos de idade, é uma criança com deficiência, que foi levada por sua mãe, para ser matriculada e atendida, a uma creche do DF que não oferece serviços especializados de educação e reabilitação.
Julgue os próximos itens a partir da situação hipotética apresentada e de acordo com a Lei Orgânica do DF.
1 – Júlia não poderá ser matriculada em creche comum, pois necessita de assistência especializada.
2 – Júlia tem direito a serviços de reabilitação, além de serviços de educação.